

ESTRESSE LABORAL, ASSÉDIO MORAL E BURNOUT MARCAM PRODUTIVISMO

Marina Pita
Jornalista



Nas universidades brasileiras, a aplicação de métodos empresariais de produção, os quais implicam controle do trabalho por meio de sucessivas avaliações do professor, sempre vinculadas a critérios quantitativos, e sobrecarga laboral relacionada a obrigações de ordem burocrática (tais como produção de diversos relatórios e projetos) e maior número de alunos, tem produzido forte impacto na saúde física e mental dos docentes. Pesquisas associam o produtivismo acadêmico ao estresse laboral e ao crescimento dos casos de Síndrome de Burnout na categoria

A maioria dos docentes de universidades trabalha sob grande desgaste biopsíquico. Pesquisas mostram que parte dos profissionais convive com dores resultantes do excesso de trabalho e esgotamento emocional, condição que os coloca na lista daqueles com grande risco de adquirir a Síndrome de Burnout. Trata-se da cronificação de um estado de estresse ocupacional intenso — que combina exaustão emocional, despersonalização (caracterizada pela indiferença em relação ao outro) e sentimento de baixa realização profissional. Um estado de grande sofrimento e que tem implicações negativas para o espaço de trabalho.

Relacionada aos profissionais que mantêm contato constante com outras pessoas (e com elas se envolvem emocionalmente), a Síndrome de Burnout caracteriza-se por comportamento negligente, irritabilidade, agressividade, perda de iniciativa, desconfiança, paranóia; sentimento de alienação, solidão e insuficiência; perda do interesse no trabalho; absenteísmo e outros sintomas. Os professores, no entanto, talvez por medo de serem vistos como incapazes (já que o problema é sempre individualizado), em geral tentam ocultar os problemas. O desconhecimento da síndrome, ou sua negação, faz com que os profissionais sejam tratados como depressivos e não se chegue à raiz do problema: o estresse laboral.

Certas exigências das instituições de ensino e de agências como a Ca-

pes mostram-se, não raramente, dignas de fábricas toyotistas — nas quais estipulam-se metas elevadas, a serem alcançadas não importa como; “flexibilidade”, mobilidade e agilidade modelam o trabalho; o trabalhador, ou “colaborador”, é responsabilizado pelo sucesso ou fracasso da empresa de acordo com os resultados numéricos. Nas universidades, como nas plantas industriais toyotistas, muitos dos que resistem a se adaptar sofrem retaliações e assédio moral.

*A legislação
ainda não reconhece
como doença ocupacional
os distúrbios da voz. Problemas
nas cordas vocais, no entanto,
têm sido largamente
encontrados entre
os docentes*

A cultura produtivista não se limitou a intensificar o trabalho do docente universitário — exigindo a publicação de maior número de *papers* e acirrando a competição entre colegas, grupos e instituições; ampliando o número de alunos por sala etc. — mas também o ampliou, ao lhe atribuir novas tarefas como a de buscar financiamento para seus projetos e até transmitir notas e resultados por redes de computadores (depois do “desmanche” das secretarias).

O fato de o professor exercer predominantemente um trabalho intelectual e, portanto, supostamente privilegiado na divisão do trabalho talvez explique certa lacuna no que diz respeito a pesquisas sobre sua saúde, lacuna só agora em vias de ser preenchida. Até hoje, por exemplo, a legislação trabalhista ainda não reconhece como doença ocupacional os distúrbios da voz. Problemas nas cordas vocais, no entanto, têm sido largamente encontrados entre docentes.

Numa investigação das condições de saúde e trabalho de professores universitários da rede particular de ensino da Bahia, realizada pelas fonoaudiólogas Emilse Aparecida Merlin Servilha e Pamela Manchado Pereira, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), mais de 47% dos entrevistados afirmaram ter perdido a voz uma ou duas vezes no semestre. Obviamente, um problema que tende a se acentuar quando se exige maior produtividade dos profissionais, aumentando o número de aulas ou a proporção aluno/professor, como se pretende nas universidades públicas brasileiras.

São muitas as doenças laborais identificadas entre docentes. O tempo sentado sem condições adequadas de mobiliário, o tempo em pé e o uso excessivo do quadro negro geram problemas na coluna e dores musculares. O giz provoca alergias. O ruído excessivo, resultado da falta de estrutura acústica, e a falta de iluminação adequada em muitas universidades também são responsáveis por parte dos proble-

mas de saúde, segundo avaliação de Jadir Lemos, fisioterapeuta com especialização em psicologia do trabalho e doutor em engenharia da produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em sua pesquisa de doutorado, Lemos entrevistou mais de 300 docentes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e constatou que 70% deles tinham registrado episódios de dores nos últimos seis meses.

A Lesão por Esforço Repetitivo (LER) também existe nesta profissão. Na amostra de quase 200 professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) pesquisada por Maria de Fátima Evangelista Lima e Dário de Oliveira Lima-Filho, autores do artigo “Condições de Trabalho e Saúde do Professor Universitário”, 23,1% dos entrevistados tinham LER. Tendinite e dor nas costas foram os problemas mencionados com maior frequência, manifestados por 17,9% e 10,3%, respectivamente.

Os problemas osteomoleculares (aqueles que afetam articulações, músculos e ossos), porém, também estão relacionados ao adoecimento mental. A rouquidão, por exemplo, está associada à rotina estressante em sala de aula, conforme comprova uma recente pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP com professores da rede municipal de ensino de São Paulo. A fonoaudióloga Susana Giannin levantou o nível de estresse (entendido como excesso de trabalho e falta de autonomia) de 167 entrevistados com problemas na voz. O resultado foi médio e alto em 70% dos casos. Já entre os entrevistados considerados

saudáveis a identificação de estresse é menor: 54,4%.

Antes de entender o tipo de adoecimento mental a que estão cada vez mais sujeitos os professores, incluindo os do ensino superior, vale lembrar a pressão exercida sobre a categoria pela sociedade. Sobre seus ombros é depositada a responsabilidade pelo futuro das novas gerações e do país. Os profissionais da educação e pesquisadores, em geral, identificam-se com o que fazem e possuem alto grau de compromisso. Mas o que teoricamente seria ótimo muda de figura quando o profissional se vê incapacitado, por questões



Professor Marcelo Afonso

Cresce a defasagem entre o trabalho a ser feito e a realidade, o que exige maior investimento afetivo e cognitivo do professor, e portanto maior esforço e sofrimento psíquico, segundo Aparecida Neri de Souza

estruturais, de realizar adequadamente sua tarefa. A frustração pode ser ainda maior do que em pessoas não identificadas com a finalidade de suas atividades profissionais.

A exigência excessiva aliada à falta de recursos, a burocratização do trabalho, a cultura de avaliação, a falta de tempo para si e para aperfeiçoamento, a realidade social marcada pela desigualdade, violência e

falta de perspectiva de futuro dos jovens geram uma grande contradição no universo da educação. Cresce a defasagem entre o trabalho a ser realizado e a realidade. Portanto, há necessidade de maior investimento afetivo e cognitivo do professor, demandando maior esforço e sofrimento psíquico, segundo opinião de Aparecida Neri de Souza, responsável, ao lado de Márcia de Paula Leite, por levantamento recém-concluído sobre as condições de trabalho e suas repercussões para a saúde dos professores. Solicitado pela Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego responsável por pesquisas sobre doenças ocupacionais, o trabalho compila a produção acadêmica relativa ao tema dos últimos dez anos.

Em comum, os trabalhos que compõem o levantamento da Fundacentro se referem ao mal-estar docente, entendido como um fenômeno social. “A falta de sentido no trabalho

do professor universitário é uma das principais causas deste mal-estar”, garante Marcelo Afonso Ribeiro, docente do Instituto de Psicologia (IP-USP). No ensino superior, um dos motivos para esse sentimento seria a quantidade crescente de tarefas burocráticas e administrativas, segundo Ribeiro. “É ele”, o professor, “quem deve assegurar o financiamento de seu projeto de pesquisa, precisa buscar as datas de inscrição, relacionar material, preencher formulários etc.”.

A observação de Ribeiro é materializada no levantamento realizado por Vânia Claudia Spoti Caran, em sua pesquisa de mestrado na Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, “Riscos Psicossociais e Assédio Moral no Contexto Acadêmico”: num universo de 54 docentes, a elaboração de trabalhos administrativos traz a menor realização profissional para 68,51% dos entrevistados. Talvez a maior parte das pessoas respondesse o mesmo, mas a quantidade de tempo que os docentes têm dispendido nesta área completa o quadro assustador. O já citado levantamento de Maria de Fátima Evangelista Lima e Dário Lima-Filho revela que as tarefas administrativas tomam 10 horas semanais ou mais, para 74,9% dos professores entrevistados, muito mais do que a pesquisa (47,1%) ou a extensão (57,8%).

Outro motivo para o descontentamento com o próprio trabalho é a falta de tempo para aprofundar as investigações. Márcia Hespanhol Bernardo, docente da Puccamp que realiza uma pesquisa qualitativa so-

bre este tema para um levantamento internacional da Universidade de Barcelona, garante que existe consenso quanto à sobrecarga de trabalho e à dificuldade de produzir algo relevante, dado o modelo predominante nas universidades e agências de fomento da pesquisa. “Na pós-graduação se sente muito mais essa pressão devido às normas da Capes. Os docentes se queixam da dificuldade de produzir um trabalho de qualidade, pois o que importa no momento é número de artigos publicados em revistas bem avaliadas”, relata. O esvaziamento de sentido na publicação de artigos — que pas-

“A falta de sentido no trabalho do professor universitário é uma das principais causas deste mal-estar”, define Marcelo Afonso Ribeiro, docente do Instituto de Psicologia da USP. Um dos motivos seria o crescimento de tarefas administrativas

sou a ser uma finalidade em si mesma, para fazer número — é também um fator de estresse e abre caminho para o adoecimento, avalia Ribeiro, do IP-USP.

A insatisfação soma-se à grande pressão recebida e ao excesso de trabalho, para levar ao esgotamento emocional. Nada menos do que 75% dos professores entrevistados na UFSM para a pesquisa de Lemos afir-

mam terem dificuldade de “realizar todas as coisas que têm para fazer”. O livro *Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtividade acadêmica*, de Valdemar Sguissardi e João dos Reis, mostra que professores perdem finais de semana e os períodos de férias para realizar estas atividades, concluir leituras e freqüentar congressos, e que isso gera problemas familiares e de sociabilidade. Muitos relatam separações e perda de vínculos afetivos importantes.

Eis por que a maioria dos dados na área da saúde do docente aponta níveis de estresse em proporções assustadoras. O levantamento realizado no Mato Grosso do Sul aponta que mais da metade dos entrevistados sente cansaço mental (55,1%) e estresse (52,4%). Os níveis de ansiedade e esquecimento (42,9%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%) deveriam soar como grande alerta. A pesquisa de Vânia Caran em Ribeirão Preto confirma esse quadro. Quando questionados se a pressão no trabalho e os riscos psicossociais afetam a saúde, 87% dos profissionais entrevistados responderam afirmativamente. O estresse foi a implicação mais citada (38,88%).

Bastante recorrente entre professores do ensino médio e fundamental, segundo o levantamento da Fundacentro, a Síndrome de Burnout ainda não é encontrada no ensino superior com a mesma freqüência. No entanto, pesquisa realizada por Eliane Perez Gonçalves de Moura, em 1997, para seu mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, detectou a



Síndrome de Burnout em 17,8% da mostra de professores universitários da rede particular de ensino.

A pressão para o desenvolvimento de pesquisas e para a publicação científica em revistas de prestígio é apontada como forte fator de estresse e burnout entre professores universitários brasileiros. Além disso, o grau de autonomia também interfere no nível de exaustão emocional, afirma Mary Sandra Carlotto, psicóloga e mestre em saúde coletiva, em seu artigo “Síndrome de Burnout e características de cargo

O assédio moral, ou “tortura psicológica”, é incluído pela médica Margarida Barreto nas implicações do produtivismo acadêmico: “O modelo baseado nas regras de mercado gera grande disputa. Passamos a encontrar altos níveis de fadiga mental e física em professores, inclusive ideias suicidas”

em professores universitários”.

O nível de realização profissional parece ser a barreira que impede a repetição do padrão em todos os níveis da educação, segundo avaliação de Rosângela Cassiolato, que desenvolveu uma pesquisa qualitativa sobre o burnout entre professores universitários da psicologia em sua dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Os docentes mostraram esgotamento mental, algum grau de despersonalização, mas ainda obtinham satisfação no trabalho, mesmo que



média. Esses resultados se repetem em pesquisas semelhantes”, explica. O reconhecimento social que ainda tem um professor universitário, especialmente na rede pública, também deve ser levado em conta. Essas “proteções”, porém, podem ser derubadas na medida em que o produtivismo acadêmico amplia seu campo de ação, basta ver o teor da contestada reforma da carreira docente na USP (que permanece *sub judice*).

No entender da médica Margarida Barreto, a cultura da competitividade e do medo — medo gerado pela pressão para que as tarefas sejam executadas em curto espaço de tempo — é importante vilã no pro-

Daniel Garcia



Professora Margarida Barreto

cesso de adoecimento dos docentes. Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e do programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin/PUC-SP), Margarida especializou-se em temas como saúde do trabalhador, assédio moral no trabalho, trabalho e suicídio. “O modelo baseado nas regras de mercado gera grande disputa e indiferença entre os pares. A competitividade se dá entre professores, que começam a se questionar por quanto tempo mais aguentarão; questionam sua capacidade profissional”, explica. “Passamos a encontrar altos níveis de fadiga mental e física em professores, inclusive ideações suicidas e depressões severas. Há uma série de adoecimentos que têm início como hipertensão, alteração gastrointestinal, insônia”.

Entre as implicações nas relações de trabalho causadas pelo pro-

duativismo na academia, Margarida salienta o assédio moral, que classifica como “tortura psicológica”. Autora de *Assédio Moral no Trabalho*, livro que escreveu com os pesquisadores J. R. Heloani e M. Freitas, ela lembra com tristeza a primeira vez que recebeu uma denúncia importante de assédio moral na Universidade Católica de Brasília, em 2005, quando docentes ligados ao movimento sindical interno foram desligados — e garante que a situação tem se agravado por todo o país, de forma generalizada, em especial nos casos de resistência coletiva, mas também se dá de forma individualizada tanto por superiores, quanto por colegas.

Deve-se assinalar o fato de 40,7% dos docentes pesquisados na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto afirmarem já ter sofrido assédio moral, sendo que 19% acham que talvez tenham passado por este tipo de violência e gritantes 70,4% manifestam que este é um problema comum na academia.

A realidade chocante é entendida por Margarida como parte de um processo maior, de forma que os casos de assédio moral devem ser entendidos como implicações da opção mercadológica na educação brasileira e, portanto, de natureza estrutural. “Mesmo quando se identifica o indivíduo em casos de assédio moral, não o vejo como único responsável. Uma lógica anterior é a verdadeira causa: a lógica de resultados, da quantidade em detrimento da qualidade”, diz. Muitas vezes, esclarece ela, o par não percebe que é cúmplice ou que assedia moralmente, porque a lógica foi internalizada e ele crê fazer o me-

lhor para a universidade. “Há uma direção da própria lógica do modelo toyotista de organização do trabalho para isso. O indivíduo acha que está dando o melhor de si, está mostrando serviço. Não é consciente, é algo terrivelmente internalizado”.

Tolerar os casos de assédio moral é, na opinião da pesquisadora, muito grave, pois sinaliza para a comunidade acadêmica que esta é uma prática aceitável. Neste sentido, estimula os demais professores a serem co-niventes. “Mais uma vez impera a cultura do medo, de também sofrer retaliação, sanções, perder aluno e ter esvaziamento de sua disciplina”, comenta Margarida.

O silêncio dos gestores diante dos casos é uma das formas de perpetuação dessa lógica perversa. Seu reverso é a perseguição institucional, encetada por setores da burocracia. Lucília Borsari, professora do Instituto de Matemática e Estatística da USP e membro da diretoria ampliada da Adusp, acompanhou vários casos de perseguição dentro da USP. “A Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT) foi o pivô de muitos embates”, lembrou. Munida apenas de dados quantitativos e dos parâmetros numerológicos da Capes, a CERT decidiu que certos professores não haviam publicado o suficiente, e com base nos seus pareceres foram adotadas medidas punitivas. “Houve muitos desrespeitos trabalhistas, anti-regimentais”, resume Lucília, aludindo a episódios em que ocorreu mudança do regime de trabalho de determinados docentes (e conseqüente rebaixamento salarial), extensão *sine die* do período probatório etc.

É exemplar o caso da professora Wladia Viviani, do Instituto de Química (ver *Informativo Adusp* 182), cujo contrato “precário” deixou de ser renovado. O conselho departamental alegou que a obtenção de auxílios para pesquisa e a produção científica ficaram aquém da média. Wladia contestou afirmando que na época não precisava de nada para trabalhar além de seu microcomputador, e que a quantidade de artigos foi avaliada enquanto ela ainda iniciava uma segunda pesquisa, período em que não

“Mesmo quando se identifica o indivíduo em casos de assédio moral, não o vejo como único responsável. Uma lógica anterior é a verdadeira causa: a da quantidade em detrimento da qualidade”

havia resultados novos a divulgar. Já o professor José de Oliveira Siqueira, após desligar-se da Fundação Instituto de Administração (FIA) por discordar de práticas da instituição, passou a sofrer retaliações no Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA). Paulatinamente, perdeu seus cargos em comissões, as disciplinas que lecionava na pós-graduação e também seus orientandos (*Revista Adusp* 46).

O produtivismo também se reproduz quando o docente pressiona um

orientando a concluir rapidamente sua pesquisa, frisa Lucília: “Há grande pressão pelo aumento do número de orientandos e é cada vez mais comum ver as pessoas falando que precisam formar mais doutores, para cumprir os critérios, ser melhor avaliadas. Saiu das nossas mãos e do raio de ação da universidade decidir *o que* quer formar e *como* quer formar”.

Como resistir ao avanço devastador do produtivismo acadêmico e do séquito de moléstias que traz consigo? O aumento de pesquisas e publicações tratando da saúde, tanto física como mental, é um exemplo da consciência de pesquisadores e da luta que estão travando por meio do seu próprio fazer, opina Márcia Espanhol: “O meu trabalho hoje não deixa de ser também uma denúncia”. O conhecimento dos recentes estudos sobre os impactos negativos na saúde do docente e a maior divulgação da Síndrome de Burnout podem minimizar o sentimento de culpa e atenuar a enganosa percepção dos docentes de que o estresse decorre das fragilidades e inabilidades pessoais de lidar com o trabalho e de que a resolução dos eventos estressantes é uma responsabilidade de caráter individual.

A conscientização dos docentes de que individualmente não há saída (a não ser a aposentadoria precoce ou o afastamento por problemas de saúde) é um caminho para reforçar as trincheiras de luta. A pesquisa da Fundacentro mostra um caminho ao afirmar que a gestão escolar democrática, com maior participação social, tem impacto positivo sobre as relações de trabalho nas escolas.

SINTOMATOLOGIA DO BURNOUT

Sintomas físicos:

- Fadiga constante e progressiva
- Distúrbios do sono
- Dores musculares ou osteomoleculares
- Cefaléias, enxaquecas
- Perturbações gastrointestinais
- Imunodeficiência
- Transtornos cardiovasculares
- Distúrbios do sistema respiratório
- Disfunções sexuais
- Alterações menstruais nas mulheres

Sintomas comportamentais:

- Negligência ou excesso de escrúpulo
- Irritabilidade
- Incremento da agressividade
- Incapacidade de relaxar
- Dificuldade na aceitação de mudanças
- Perda de iniciativa
- Aumento do consumo de substâncias
- Comportamento de alto risco
- Suicídio

Sintomas psíquicos:

- Falta de atenção e concentração
- Alterações de memória
- Lentidão do pensamento
- Sentimento de alienação
- Sentimento de solidão
- Impaciência
- Sentimento de insuficiência
- Labilidade emocional
- Dificuldade de autoaceitação, baixa autoestima
- Astenia – falta de energia, desânimo, disforia, depressão
- Desconfiança, paranóia

Sintomas defensivos:

- Tendência ao isolamento
- Sentimento de onipotência
- Perda de interesse pelo trabalho (ou até pelo lazer)
- Absenteísmo
- Ironia, cinismo

